

Reforma tributária e revisão de gastos tributários

Apresentação à Assembleia Legislativa do RS

18 DE MARÇO DE 2024



GOVERNO
DO ESTADO

**RIO
GRANDE
DO SUL**

O futuro nos une.



INTRODUÇÃO

- **Perguntas que se fazem?**
 - ✓ **As medidas de ajuste pelo lado da receita propostas pelo governo do estado são realmente necessárias?**
 - ✓ **O governo não poderia reduzir despesas antes de pensar em aumentar sua arrecadação?**
 - ✓ **A revisão de benefícios fiscais não pode prejudicar a competitividade da economia gaúcha?**

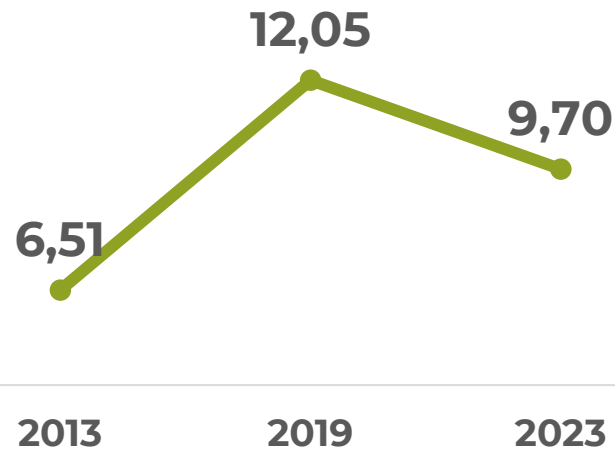
De onde partimos

DEZEMBRO DE 2018		
Dívida com a União	Suspensa por liminar	
Precatórios	R\$ 494,7 milhões /ano (média 2014-2018)	
Mínimo da Educação (25%)	Computando aposentados	
ICMS	Situação	Alíquotas majoradas
	Combustíveis	
	Energia	30%
	Telecomunicações	
	Alíquota básica	18%
	Compras internas	18%
	Difal	6%
Dívidas com Fornecedores	R\$ 1,778 bi	
Investimento em Estradas	R\$ 396 milhões/ano (média 2011-2018)	
Salários dos Servidores	30 dias de atraso e 13º parcelado (R\$ 2,6 bi)	
Nomeações e reajustes de Servidores	Perdendo efetivos Sem reajustes	

O que fizemos

Redução do déficit previdenciário

Déficit previdenciário
(R\$ bilhões)



Redução no déficit da
Previdência / RCL

30,8% (2019) → 17,1% (2023)

**R\$ 10,2 bi
economizados
em 4 anos**

1º lugar na Redução de Despesas

Impacto da reforma

Mudanças antecipam redução de despesas*

Estado	Quando cai o gasto com inativos		Quando cai o gasto total com pessoal	
	Sem a reforma	Com a reforma	Sem a reforma	Com a reforma
Rio Grande do Sul	2034	2020	2032	2020
Paraíba	2035	2025	2028	2022
Alagoas	2044	2026	2044	2034
Espírito Santo	2045	2029	2040	2029
Piauí	2043	2029	2036	2029
Sergipe	2042	2031	2036	2027
São Paulo	2039	2036	2038	2031
Goiás	2041	2037	2036	2025
Bahia	2041	2038	2038	2028
Ceará	2055	2042	2045	2038
Minas Gerais	2042	2042	2039	2039
Rio de Janeiro	2042	2042	2040	2039
Paraná	2046	2044	2044	2034
Santa Catarina	2044	2044	2042	2041
Maranhão	2045	2045	2034	2034
Pará	2045	2045	2041	2030
Rio Grande do Norte	2045	2045	2046	2045
Distrito Federal	2047	2047	2045	2045
Mato Grosso do Sul	2047	2047	2045	2036
Acre	2048	2050	2043	2039
Pernambuco	2050	2050	2044	2043
Mato Grosso	2050	2051	2054	2043
Rondônia	2054	2054	2051	2051
Tocantins	2054	2054	2060	2060
Amazonas	2055	2055	2050	2050

Fonte: Ipea. *Simulação considerando 75% de reposição de servidores e 100% do salário inicial atual.

O que fizemos

Redução no gasto com pessoal

R\$ 31,16 bi (2019) ➔ R\$ 36 bi (2023)

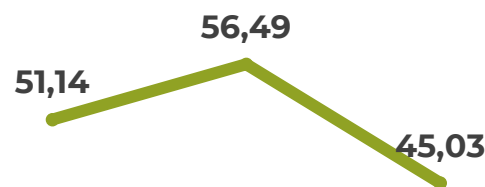
Crescimento inferior à inflação

Δ 15,5% vs IPCA 27,3%

+8 mil efetivos na Segurança

Despesa de pessoal / RCL

(em percentual, Executivo)



2013 2019 2023

GZH

20 de junho de 2023

Assembleia Legislativa aprova projeto que aumenta contribuição dos servidores ao IPE Saúde

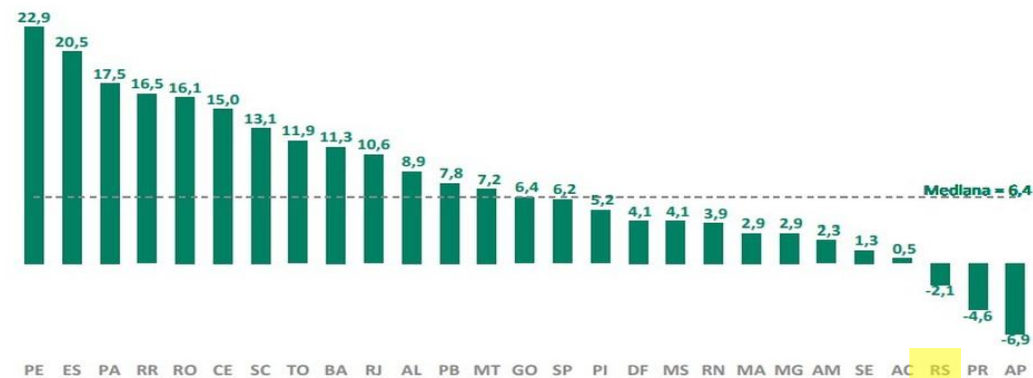
g1

ECONOMIA

Raio X

Dados do Tesouro Nacional mostram que somente o Rio Grande do Sul, o Paraná e o Amapá apresentaram **redução da despesa com pessoal**, enquanto os 24 demais estados tiveram aumento.

Variação de gastos com pessoal dos estados em 2022



O que fizemos

Privatizações e concessões

R\$ 45 bilhões

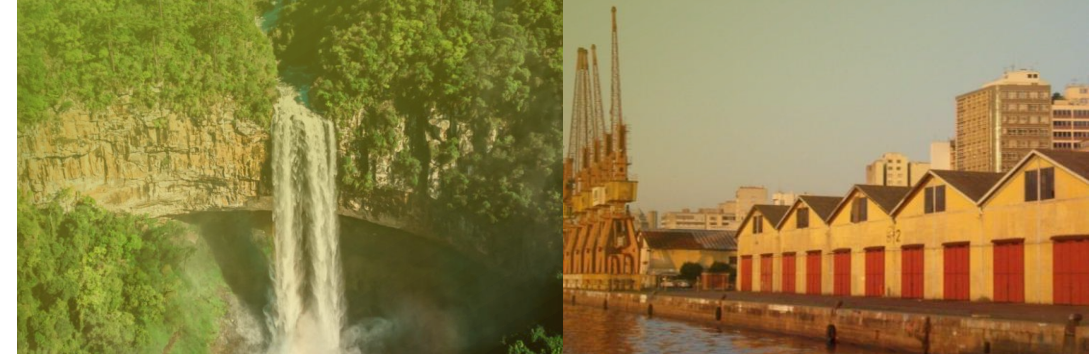
em investimentos privados

CAPEX (30 anos) *			
CEEE-D	R\$ 12,6 bi	RSC-287	R\$ 3,4 bi
CEEE-T	R\$ 5 bi	Bloco 3 (Rodovias)	R\$ 4,6 bi
CEEE-G	R\$ 1,5 bi	Caracol e Tainhas	R\$ 52 mi
Sulgás	R\$ 1,6 bi	Turvo	R\$ 13 mi
Corsan	R\$ 15 bi	Presídio de Erechim	R\$ 149 mi

* Investimentos estimados (valores atualizados: IPCA Jul/2023).



Líder em privatizações de empresas estaduais



Jornal do Comércio 05 de junho de 2024

Municípios recebem R\$ 804 milhões da CEEE
Recurso é parte de passivo tributário de ICMS com as prefeituras

Valor 06 de fevereiro de 2024

MG, PE e RS lideram ranking de concessões estaduais no ciclo de 2019 a 2022



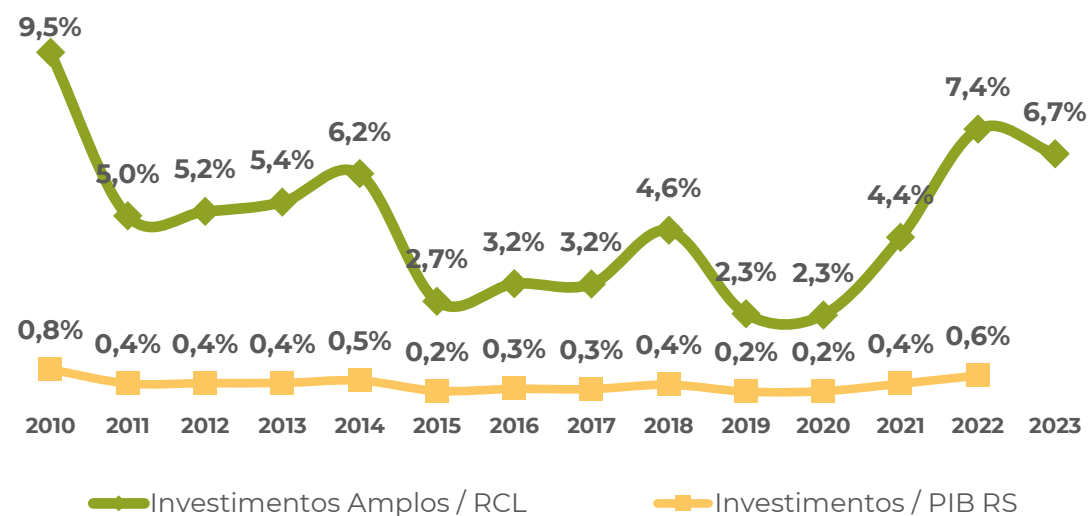
Retomada dos investimentos públicos

Avançar
NA EDUCAÇÃO

R\$ 8 bilhões

+5 MIL PROJETOS | 2021-2023

Logística e Rodovias	R\$ 3 bi
Educação	R\$ 1,45 bi
Segurança e Justiça	R\$ 966 mi
Saúde	R\$ 651 mi



Investimentos com recursos próprios sobre o total de investimentos

2010	2011-2014	2015-2018	2019-2023
92,3%	54,7%	42,8%	88,3%

Em investimento amplos são consideradas também as operações de crédito.
Fonte: Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (2024)

Onde chegamos e para onde vamos?

		DEZ/2018	2023	EM 5 ANOS
Dívida com a União		Suspensa por liminar	R\$ 2 bilhões	R\$ 7,4 bilhões (2028)*
Precatórios		R\$ 494,7 milhões/ano (média 2014-2018)	R\$ 1,1 bilhão/ano (média 2019-2023)	R\$ 2,82 bilhões / ano
Mínimo da Educação (25%)		Computando aposentados	Computando aposentados	Vedado cômputo de Inativos + R\$ 3,32 bi / ano
ICMS	Situação	Alíquotas majoradas	Menores alíquotas do país	?
	Combustíveis	30%	Ad Rem (23%)	
	Energia		17%	
	Telecomunicações	18%	17%	
	Alíquota básica	18%	12%	
	Compras internas	6%	Extinta	
	Difal			
Dívidas com Fornecedores		R\$ 1,778 bi	Em dia	?
Investimento em Estradas		R\$ 396 milhões/ano (média 2011-2018)	R\$ 944 milhões/ano (média 2021-2023)	?
Salários dos Servidores		30 dias de atraso e 13º parcelado (R\$ 2,6 bi)	Em dia	?
Nomeações e reajustes de Servidores		Perdendo efetivos Sem reajustes	Repondo efetivos Revisão Geral em 2022 (6%)	Nomeações necessárias (segurança, engenheiros, professores, etc.) Pressão por reajustes

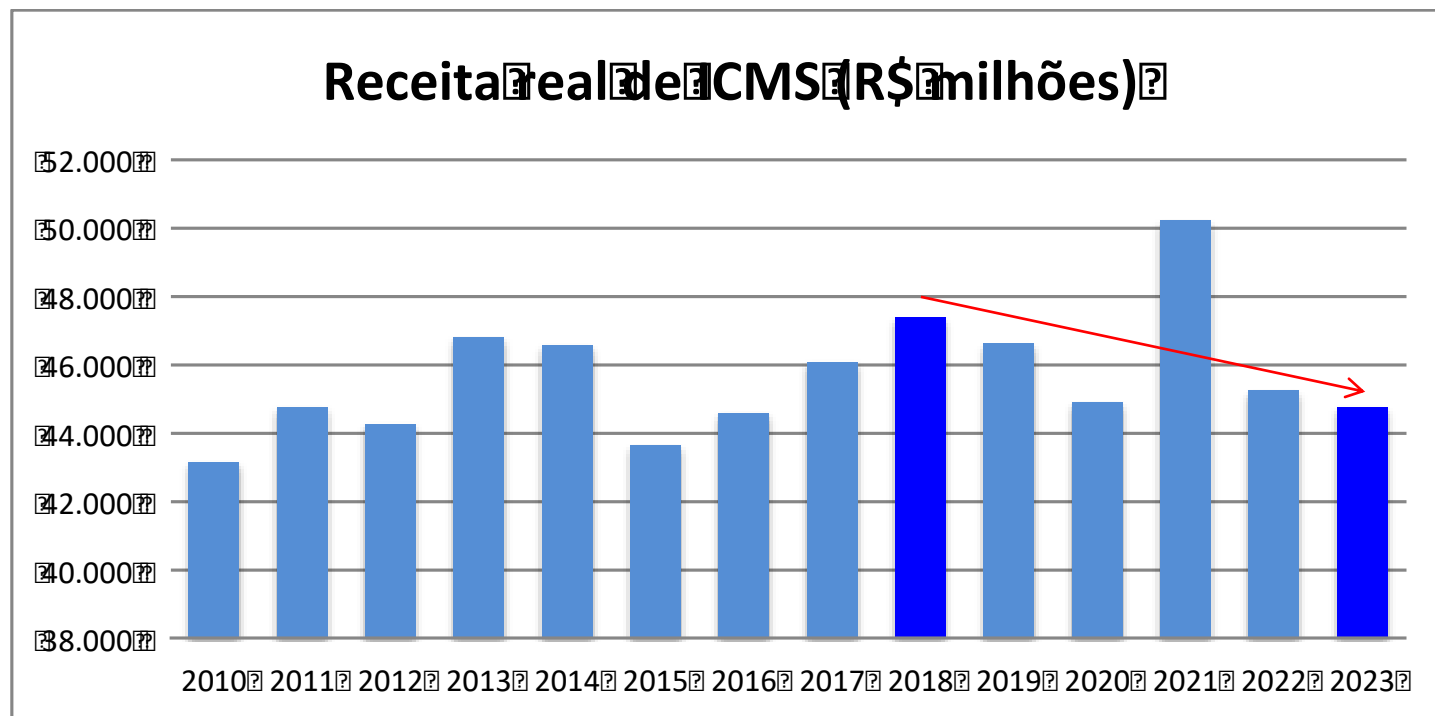
* Na projeção do cenário da dívida com o RRF para o período de 2022 a 2030, protocolada em abril de 2022, o serviço somaria R\$ 6,48 bilhões em 2028. Já o valor projetado de R\$ 7,4 bilhões considera a projeção atual, considerando as variações nos parâmetros (especialmente a SELIC).

SITUAÇÃO FISCAL

- Governo já promoveu um **forte ajuste pelo lado dos gastos**, fez uma das mais ousadas reformas previdenciárias entre os estados e conteve a expansão do gasto de pessoal.
- Essas reformas estruturais, junto com a redução temporária do serviço da dívida e com as receitas extraordinárias das privatizações, propiciaram uma **melhoria dos resultados fiscais**.
- Mas Estado alcançou **“fadiga fiscal”**, sem espaço para reduções adicionais de despesas.
- **Elevado comprometimento com despesas obrigatórias** (pessoal, previdência e dívida) manteve o Estado com baixos patamares de investimentos por muitos anos.
- **Retomada de investimentos** nos últimos anos (2021-2023) se deve a **recursos extraordinários** das privatizações.
- **Ainda há importantes passivos** (dívida, precatórios) e contingências (gasto mínimo educação, entre outras) a equacionar.

SITUAÇÃO DAS NOSSAS RECEITAS

- Receita de ICMS caiu mais de 6% em termos reais entre 2018 e 2023, como resultado da situação econômica desfavorável e, principalmente, da redução de alíquotas.
- O retorno da alíquota das “blue-chips” de 30% para 25% estava contratada, mas não a redução arbitrária de 25% para 17% promovida pela LC 194/2022.

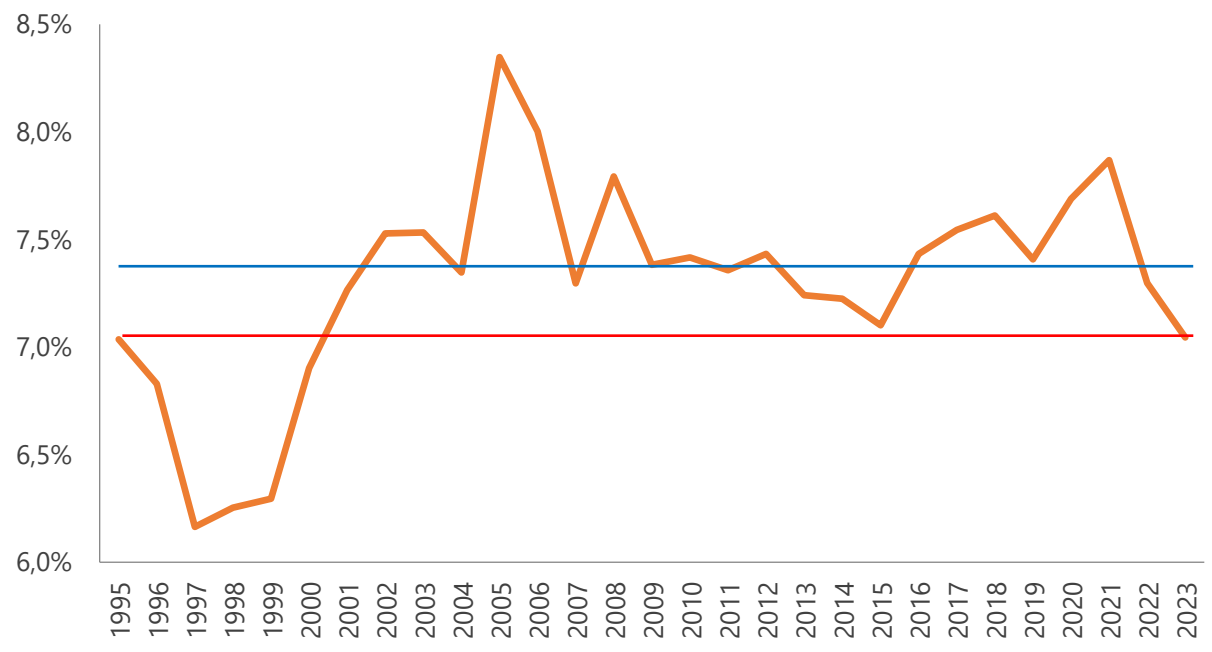


SITUAÇÃO DAS NOSSAS RECEITAS

- A receita de ICMS atingiu **7,0%** do PIB em 2023, abaixo da **média histórica (7,3%)** e do nível de 2018 (**7,6%**).

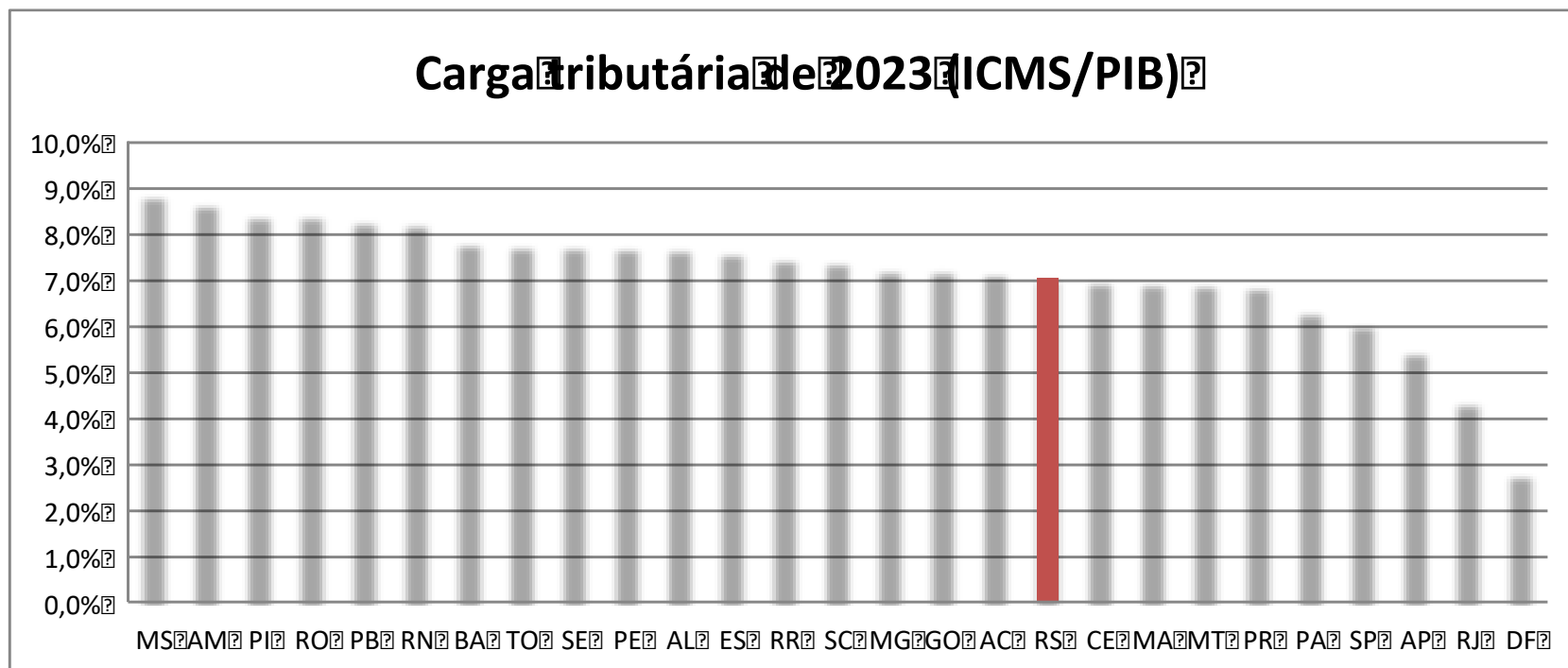
- Comparado com o pico histórico de 2005 (**8,3% do PIB**), nossa receita encolheu R\$ 8 bilhões anuais.
- Comparado com 2018, são R\$ 4 bilhões a menos de ICMS.

Receita de ICMS (% do PIB)



COMPARAÇÃO COM RESTO DO PAÍS

- Nossa alíquota modal de ICMS está entre as menores do país (17%) e nossa carga tributária (ICMS/PIB) também.
- ✓ Inclusive Santa Catarina possui uma relação ICMS/PIB maior do que a nossa.



RESUMO DA ÓPERA

- **Não há gordura para cortar do lado das despesas convencionais**, mas há espaço para recuperar nossa receita de ICMS quando confrontada com sua média histórica e com a carga tributária dos demais estados brasileiros.
- No caso do chamado plano A, buscávamos fazer um ajuste equivalente ao dos demais estados, via alíquota modal de ICMS.
- No caso do plano B (nem por isso pior), tratamos de esboçar uma estratégia de revisão de benefícios fiscais de modo a melhorar a arrecadação sem afetar negativamente os consumidores de baixa renda (recebedores do Devolve ICMS), **nem a competitividade da economia gaúcha**.
- A revisão de **benefícios fiscais (=gastos tributários)** foi minuciosamente desenhada pela nossa área técnica de modo não só evitar efeitos econômicos adversos, como inclusive gerar efeitos positivos (**aumento de renda dos mais pobres, aumento de aquisição de insumos no mercado interno e melhoria de infraestrutura** financiada com contribuição do setor agropecuário, a exemplo de estados do Centro-Oeste).

Reforma Tributária RS | Visão Geral dos Impactos





1 Reoneração de alimentos



Reoneração da Cesta Básica

Carga Tributária



Reoneração máxima

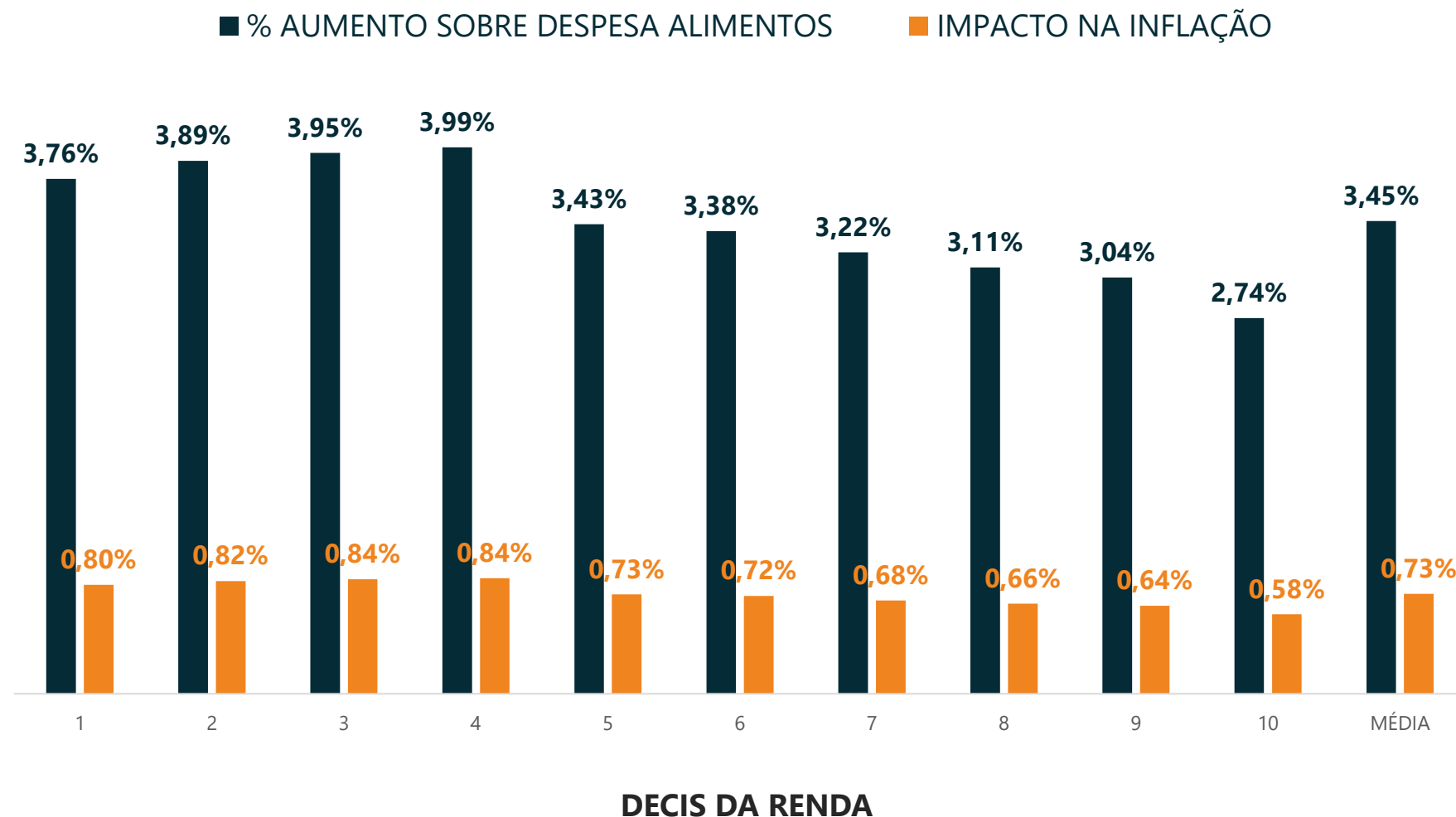
A Reoneração será de **1,31% até 13,64% nos produtos isentos**, que passarão a ser **tributadas em 12%**

As alterações não acabam com todas as desonerações de alimentos, pois continuarão ISENTOS os **hortifrutigranjeiros e ovos** quando vendidos por estabelecimentos do **Simples Nacional (SN) com faturamento menor que 360 mil/ano**.

Corrige uma injustiça: atualmente as empresas do SN que não estão na faixa de isenção (faturamento > 360 mil/ano) pagam ICMS nas vendas de hortifrutigranjeiros, enquanto os grandes varejos desfrutam da isenção.

Impacto dos Decretos

Preço dos Alimentos e da Inflação

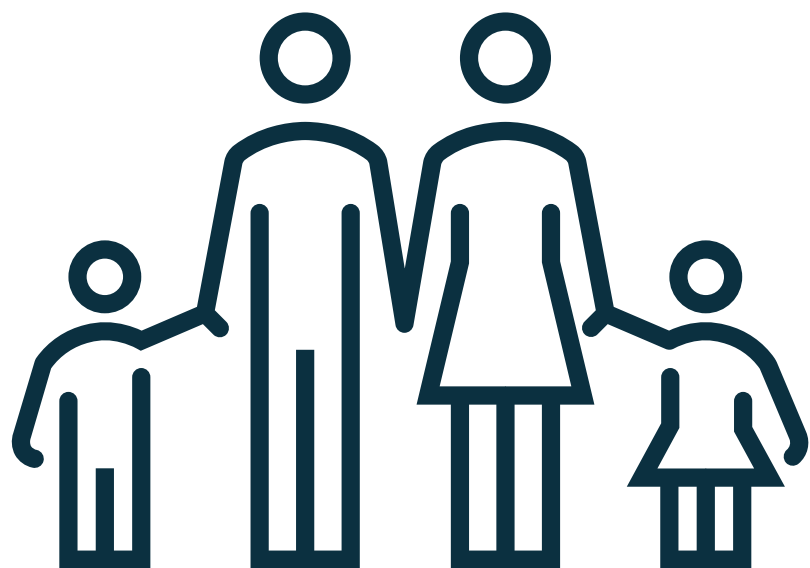


Impacto na inflação
= **0,73% (0,03 p.p.)**

Nos últimos **12 meses**, o **IPCA acumulou 4,07%**
Com a reoneração dos alimentos pode ir a **4,10% (+0,03 p.p.)**

*Baseado na POF – Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE

Impacto dos Decretos na Renda das Famílias



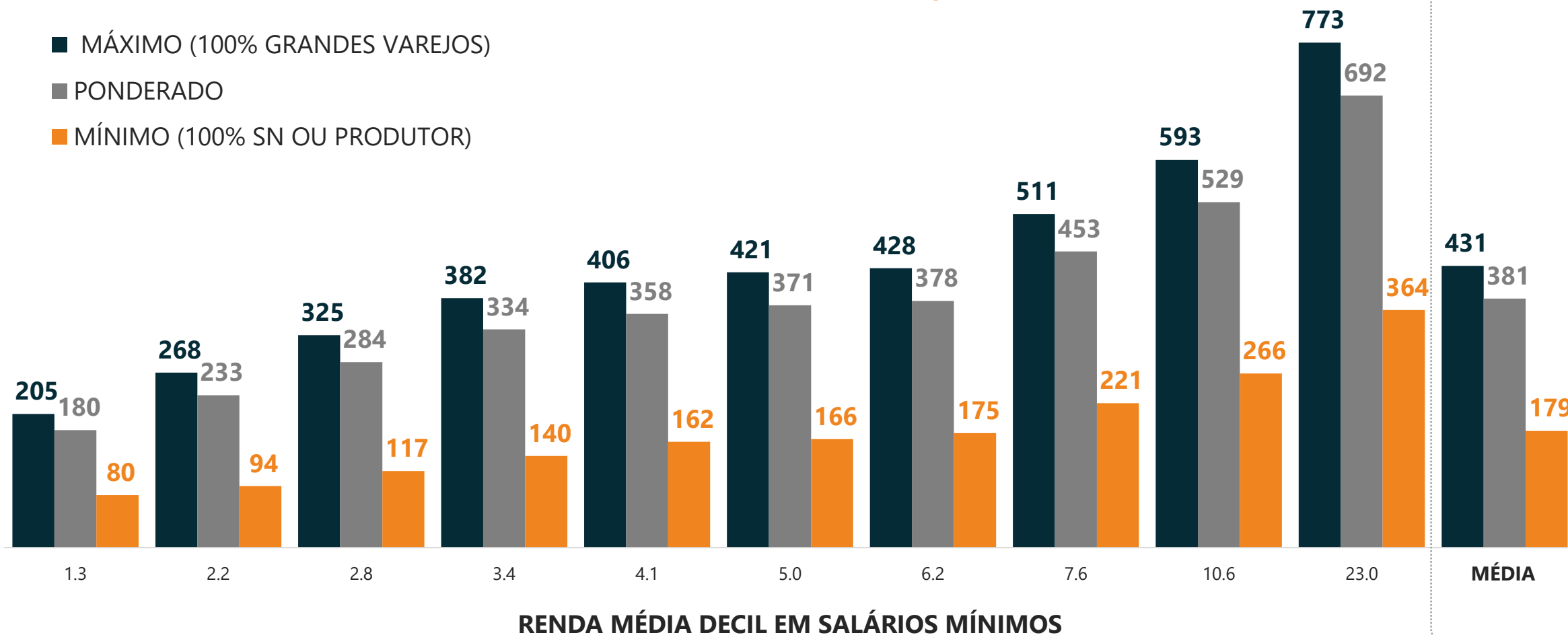
Renda das famílias

Estima-se que a reoneração dos alimentos implicará incremento de **R\$381,00 por ano para uma família média gaúcha**, ou seja cerca de **R\$ 30 por mês ou pouco mais de R\$ 1 por dia**, o que representa **0,44% do total das despesas** e **0,34% da renda**

Impacto dos Decretos sobre os preços (agregado)

Aumento de ICMS com o Fim das Desonerações / Ano

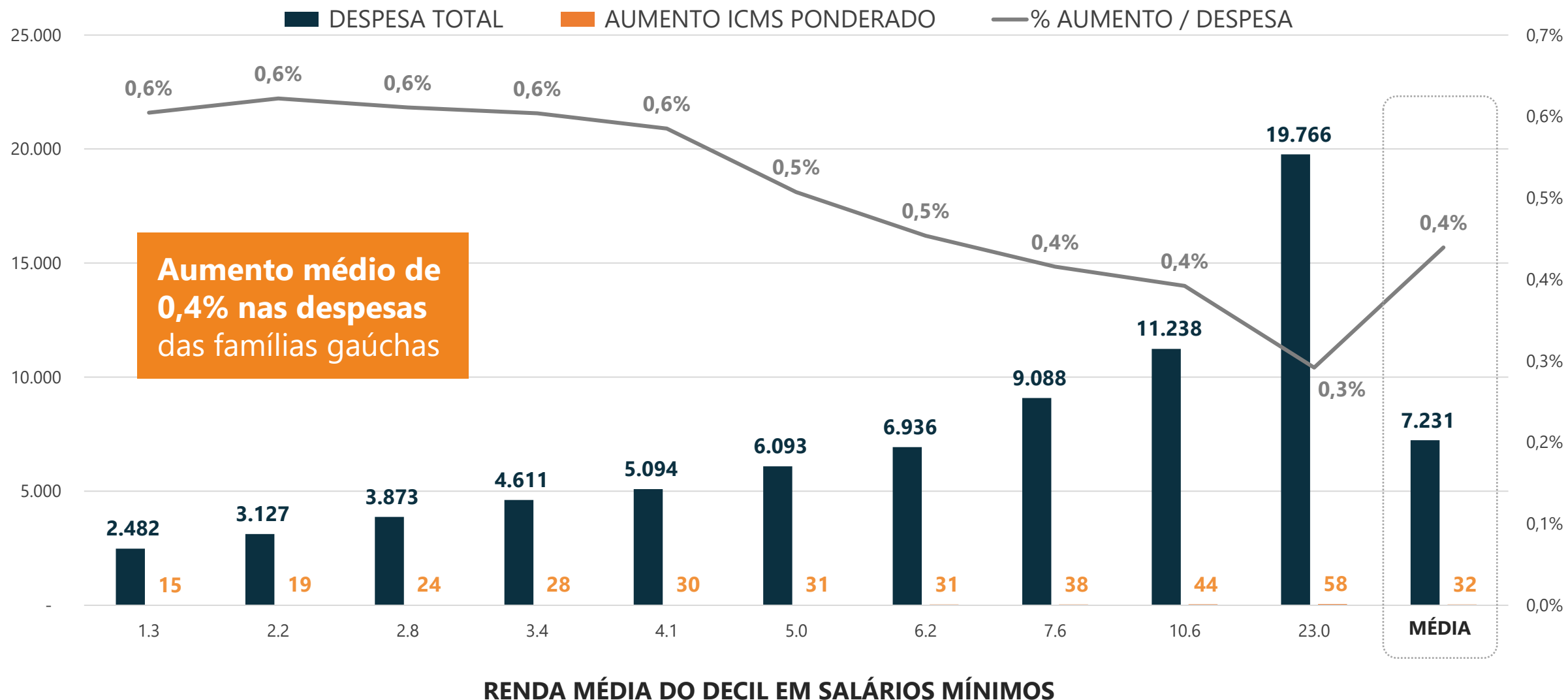
- MÁXIMO (100% GRANDES VAREJOS)
- PONDERADO
- MÍNIMO (100% SN OU PRODUTOR)



*Baseado na POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares – IBGE

Impacto dos Decretos sobre as despesas

Aumento ICMS x Despesas Totais das Famílias



*Baseado na POF – IBGE



2 Devolve ICMS



DEVOLVE ICMS

Ampliação do número de famílias beneficiárias

612 mil

famílias beneficiadas atualmente

+900 mil novos

1,5 milhão
(cerca de 30% dos gaúchos)

famílias beneficiadas após reforma



Valor Fixo e Valor Variável



Apenas Valor Variável



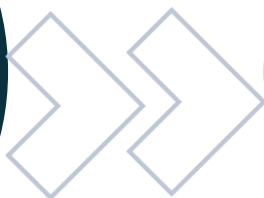
Com a ampliação no DEVOLVE ICMS, cerca de 1/3 dos gaúchos não será afetado pelas mudanças.

Devolve ICMS - Famílias do BF

Aumento Parcela Fixa e Percentual da Variável



atual
R\$100
Parcela
Fixa



proposta
R\$150
Parcela
Fixa

atual
50%
Percentual
da Variável



proposta
75%
Percentual
da Variável



Impacto/Ano

R\$ 125 milhões

Totalizando R\$ 400 milhões por ano



Aumento por Família no Ano

R\$ 205,00

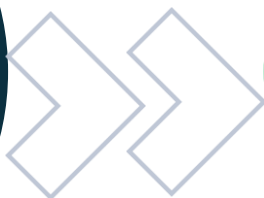
Totalizando R\$ 650 por ano

Devolve ICMS - Famílias Não BF

Aumento apenas do Percentual da Variável



atual
R\$ 0
Parcela
Fixa



proposta
R\$0
Parcela
Fixa



Impacto/Ano

R\$ 106 milhões

atual
0%
Percentual
da Variável



proposta
8%
Percentual
da Variável



Benefício por Família/Ano

R\$ 118,00

Os **8%** compensam
todo o aumento
de ICMS

Devolve ICMS mais que compensa aumento do ICMS

Para famílias de baixa renda

Beneficiários do Bolsa Família (atuais)

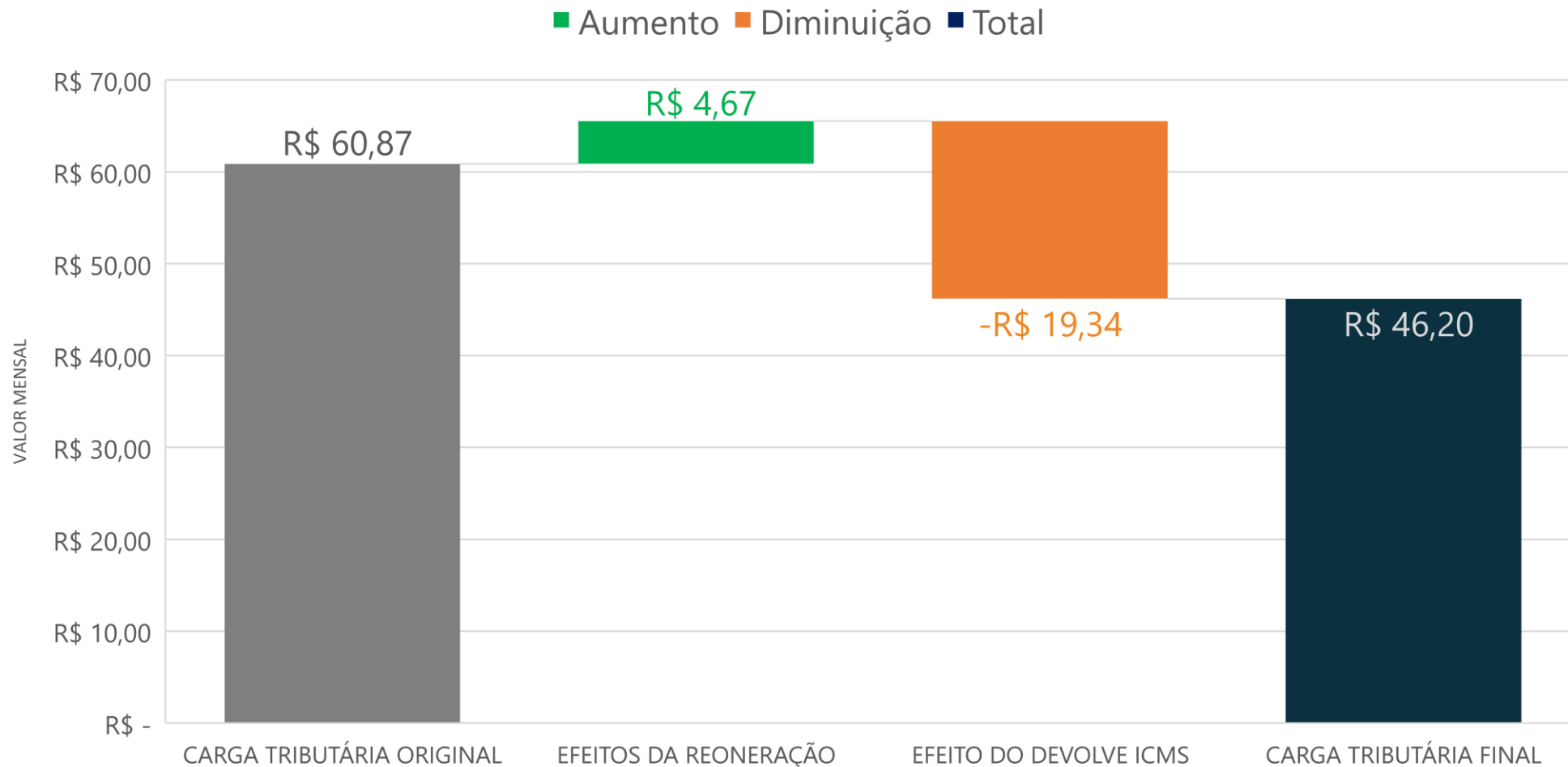
Despesa média das famílias do DEVOLVE ICMS	R\$ 459,23	por mês
Aumento médio do ICMS pelo fim das desonerações	R\$ 3,06	
% sobre as despesas	0,67%	
% sobre a renda	0,83%	
Aumento da parcela fixa do Devolve	R\$ 16,67	por mês

Novos Beneficiários (não Bolsa Família)

Despesa média das famílias do CadÚnico não BF	R\$ 1.807,30	por mês
Aumento médio do ICMS pelo fim das desonerações	R\$ 12,37	
% sobre as despesas	0,68%	
% sobre a renda	0,79%	
Aumento da parcela variável do Devolve (potencial para 8%)	R\$ 13,34	por mês

Beneficiários do Devolve ICMS

Com Bolsa Família

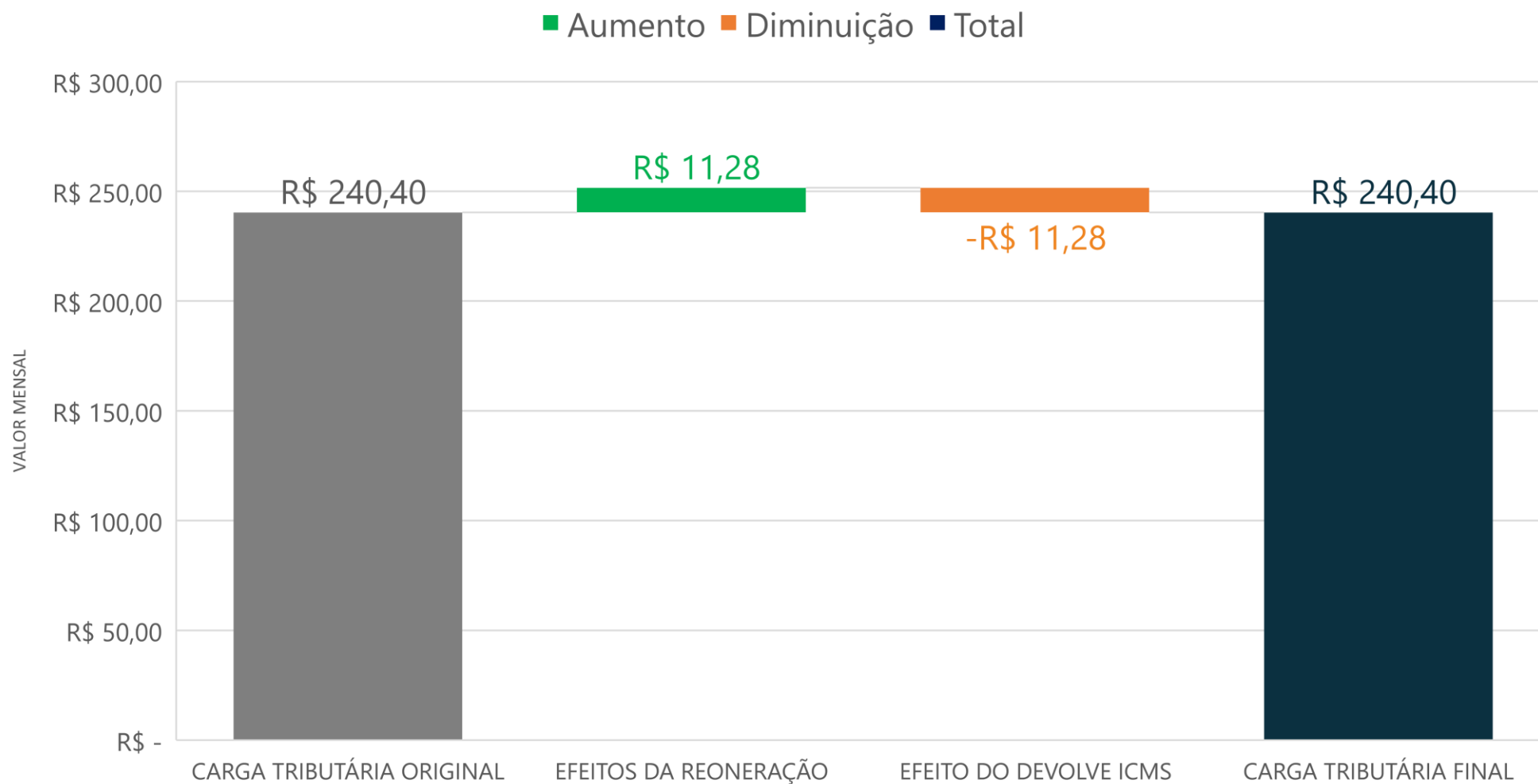


Famílias com renda média de até 2 SM terão compensação superior ao aumento

Com isso, o Devolve ICMS fornecerá poder de compra maior que o atual

Novos Beneficiários do Devolve ICMS

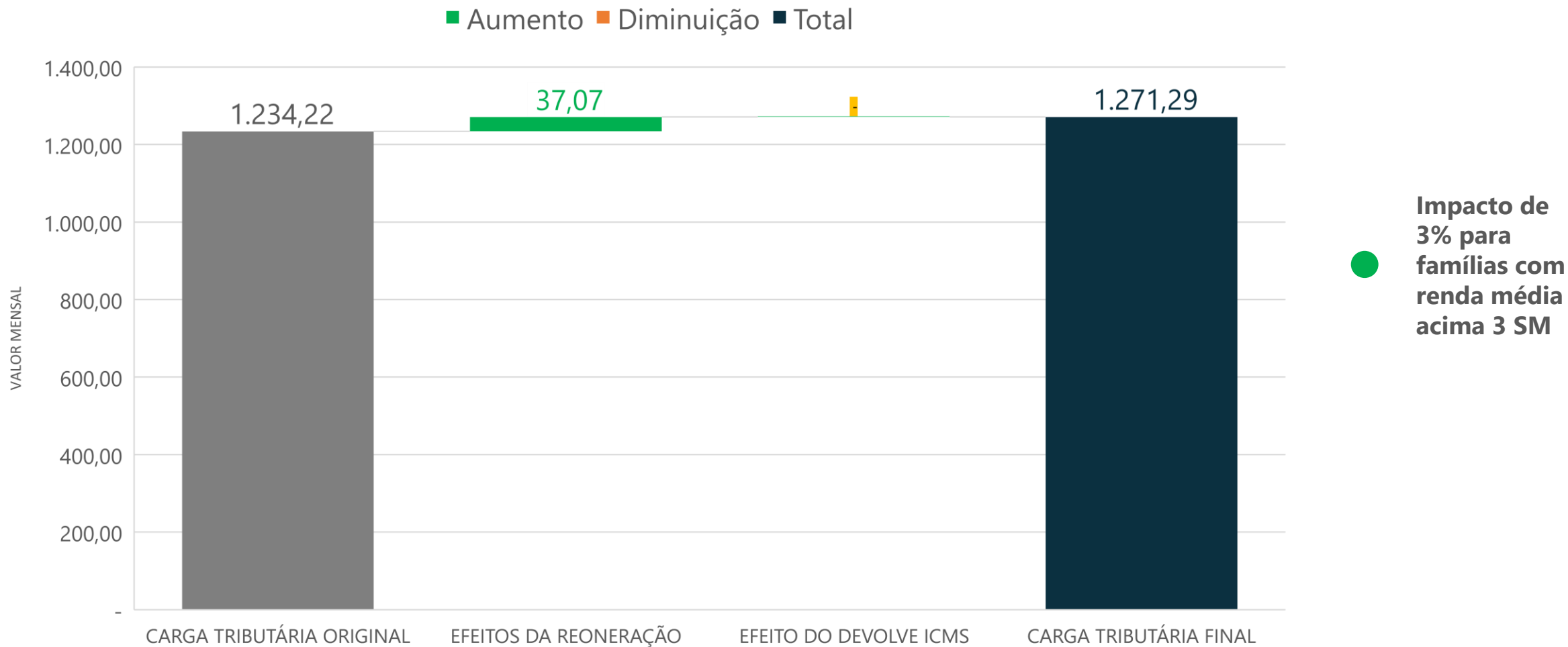
Sem Bolsa Família



Famílias com renda média de até 3 SM não sofrerão impacto com a compensação via Devolve ICMS

Famílias Não Beneficiárias do Devolve ICMS

Famílias sem Devolve ICMS

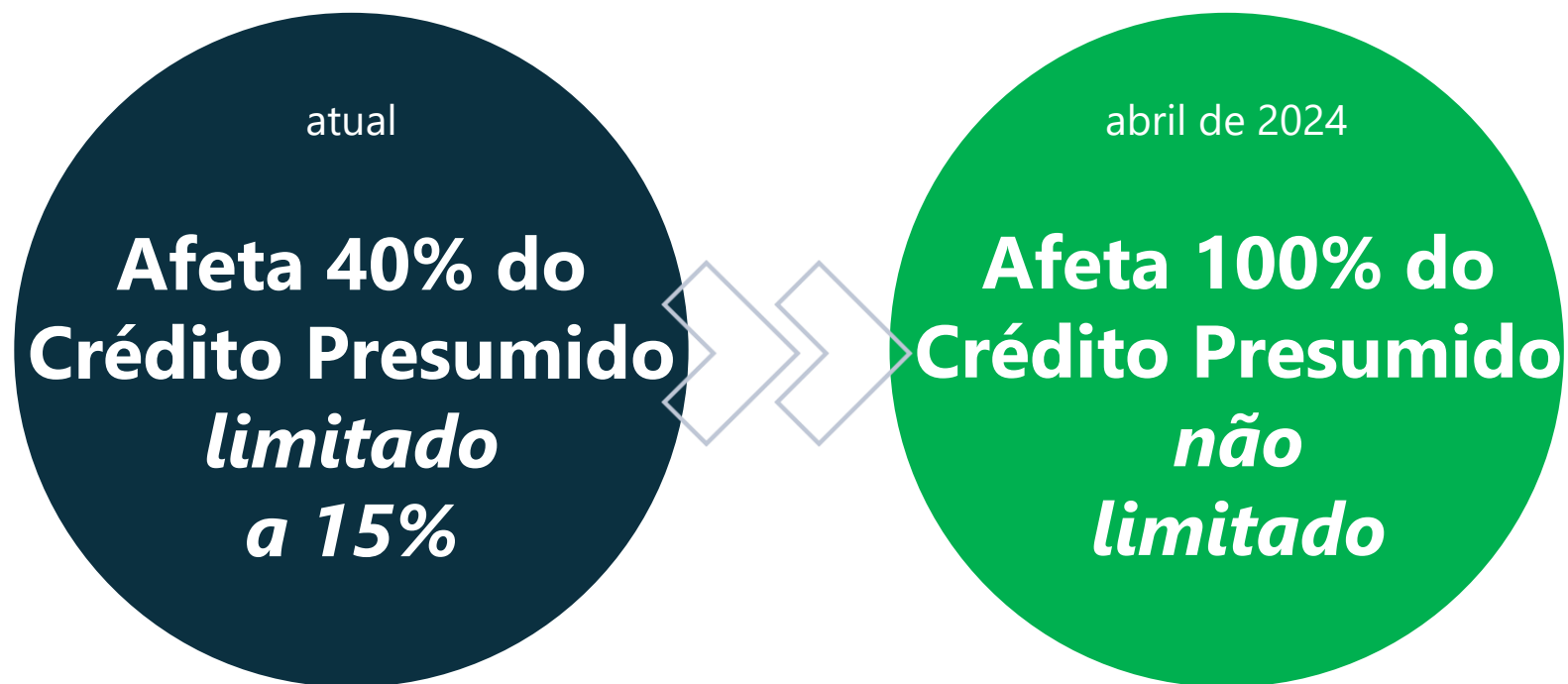




3 Fator de Fruição dos Benefícios Fiscais - FAF



Fator de Fruição dos Benefícios Fiscais - FAF



Resumo – Impacto do FAF sobre os **Créditos Presumidos**

Total de Créditos presumidos 2023	R\$ 5.8Bi
Presumidos submetidos ao FAF em 2023	R\$ 2.9Bi
% CP FAF/Total CP	50%
Corte 2023	111 Mi
% do Corte 2023	3,67%
Corte 40% limite de 15%	190 Mi
% do Corte 40% do Limite de 15%	6,29%
Corte FAF 100%	553 Mi
% do Corte FAF	18,27%

Cortes do FAF em relação ao faturamento (média 31 setores a partir de 04/2024): 0,14%

Além dois ganhos arrecadatórios decorrentes dos “cortes”, a política do FAF estimula reduções no volume de créditos de ICMS para outros estados, estimados em aproximadamente R\$50 milhões/ano.



4

Impactos do Fundo de Reforma do Estado



Fundo de Reforma do Estado

Mercadorias com isenção condicionadas ao depósito



Principais produtos relacionados (NCM - 38.08)

- inseticidas,
- rodenticidas,
- fungicidas,
- herbicidas,
- inibidores de germinação
- reguladores de crescimento para plantas,
- desinfetantes e produtos semelhantes

Incide apenas sobre itens agressivos ao Meio Ambiente

Fundo de Reforma do Estado

Operações Sujeitas ao Depósito



- 10% - 1/4 a 30/9/24
- 20% - 1/10 a 31/03/25
- 30% - 1/04 a 30/09/25
- 40% - 1/10/25

Custo de Produção – Base 100

Principais Grãos

Item do custo	Soja	Arroz	Milho	Trigo
Custo operacional não afetado pelos fundos	75,25	82,71	86,17	70,16
Custo operacional afetado pelos fundos	17,81	8,96	8,74	21,22
Depreciação	6,95	8,34	5,09	8,63
Custo operacional total de 2023	100	100	100	100
Custo operacional total - fundo 10%	100,36	100,18	100,18	100,43
Custo operacional total - fundo 20%	100,73	100,37	100,36	100,87
Custo operacional total - fundo 30%	101,09	100,55	100,54	101,30
Custo operacional total - fundo 40%	101,46	100,73	100,72	101,74

*Mercadorias com isenção condicionadas ao depósito

** Fonte dos custos: apresentação FARSUL 2024

Impacto dos Fundos no Custo de Produção

Principais Grãos - Contribuição de 10%

	Soja	Arroz	Milho	Trigo
Custo operacional total - fundo 10%	R\$ 4.601,92	R\$ 11.417,21	R\$ 6.502,99	R\$ 3.743,01
Custo fundo (R\$/ha)	R\$ 16,72	R\$ 20,90	R\$ 11,62	R\$ 16,19
Variação custo total - fundo 10%	0,365%	0,183%	0,179%	0,435%

*** O impacto é de 220 Milhões a cada 10% ano**

Impacto dos Fundos no Custo de Produção

Principais Grãos - Contribuição de 20%

	Soja	Arroz	Milho	Trigo
Custo operacional total - fundo 20%	R\$ 4.618,65	R\$ 11.438,12	R\$ 6.514,62	R\$ 3.759,21
Custo fundo (R\$/ha)	R\$ 33,45	R\$ 41,81	R\$ 23,25	R\$ 32,39
Variação custo total - fundo 20%	0,729%	0,367%	0,358%	0,869%

* O impacto é de 220 Milhões a cada 10% ano

Impactos da Contribuição ao Fundo sobre o Preço dos Defensivos Agrícolas (exemplo)

Herbicida mais utilizado (soja, arroz e milho): **Glifosato**

Marca consultada: **Herbicida Roundup WG720 - Glifosato 72% - Veneno Mata Mato Granulado**

Data da Pesquisa: **28/02/2024**

Preço Médio com Isenção: **R\$ 148,33**

ICMS ISENTO =	R\$ 30,38	CONTRIBUIÇÃO	PREÇO MÉDIO COM FUNDO	VARIAÇÃO PREÇO MÉDIO
% FUNDO =	10%	R\$ 3,04	R\$ 151,37	2,0%
	20%	R\$ 6,08	R\$ 154,41	4,1%
	30%	R\$ 9,11	R\$ 157,45	6,1%
	40%	R\$ 12,15	R\$ 160,49	8,2%

Vendedores Pesquisados:

<https://www.agrolagos-shopping-rural.com.br/roundup-granulado-wg-720>

<https://www.mata-mato-roundup.com.br/herbicida-roundup-wg720-1-kg-composicao-glifosato-72-veneno-mata-mato-granulado>

<https://www.agrowap.com.br/roundup-original>

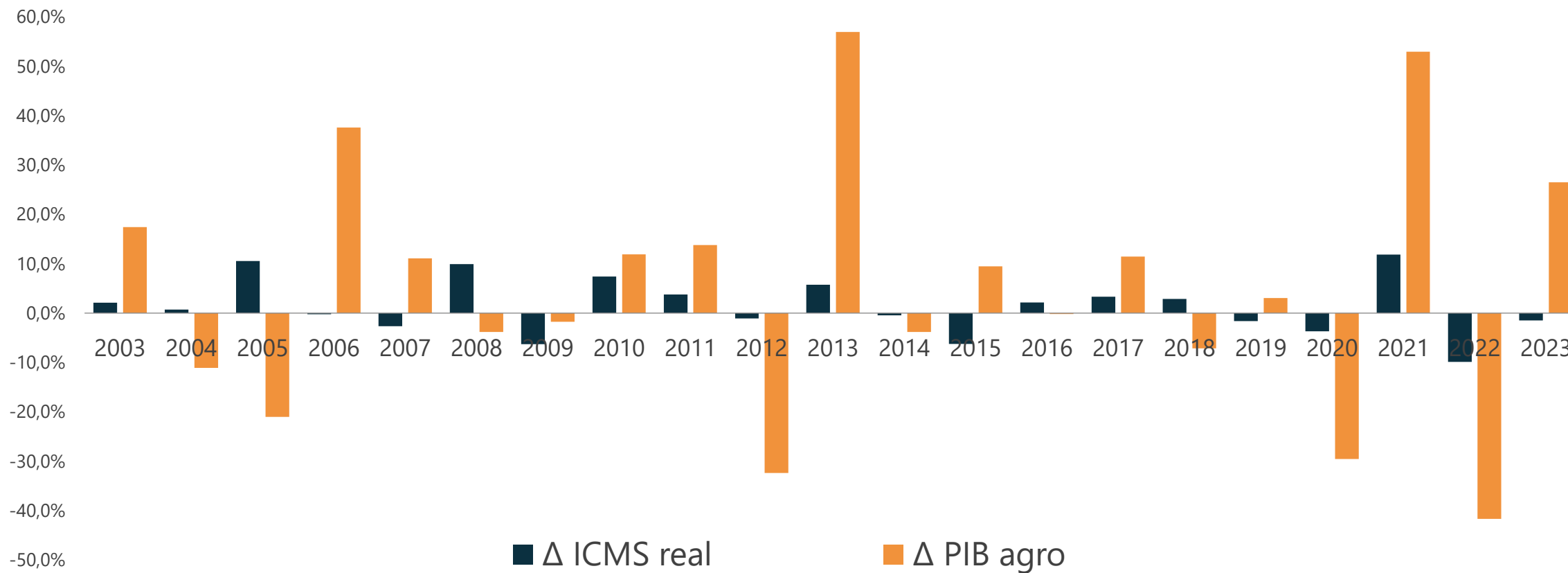
Taxa Agro em Outros Estados

UF	Ano	Arrecadação Tx Agro	Arrecadação ICMS	%
Goiás (FUNDEINFRA)	2023	R\$ 967.769.555,00	R\$ 24.525.347.659,00	4%
Mato Grosso (FETHAB)	2023*	R\$ 3.496.357.635,00	R\$ 19.007.527.611,00	18%
	2022	R\$ 3.256.694.001,00	R\$ 19.699.559.167,00	17%
Mato Grosso do Sul (FUNDERSUL)	2023	R\$ 1.736.472.815,00	R\$ 16.445.297.267,00	11%

*Arrecadação Tx Agro: dados disponíveis até 11/2023; considerada arrecadação total até 11/2023

PIB agro X Arrecadação

Crescimento do agro x ICMS



* Baixa correlação entre variações do PIB do Agro e variações na receita do ICMS

PIB agro X Arrecadação

- As projeções com base na decomposição do **PIB gaúcho e da Receita do ICMS** indicam que, se **o agronegócio crescer 35%** em 2024 e a indústria 1,8%, conforme projetam algumas entidades, a economia gaúcha **cresceria 4,3%**, mas a receita do ICMS cresceria no máximo **2,7%**.
- Isso porque o setor agropecuário representa em média **10%** do PIB gaúcho, mas responde diretamente por menos de **1%** da arrecadação de ICMS. Mesmo com efeitos indiretos sobre a cadeia do setores que utilizam os produtos primários como insumos e os comercializam, a contribuição não passa de **7,2%**.

Estimativa de contribuição direta e indireta do setor agropecuário para receita ICMS (2023):

Etapas	Operações			Arrecadação total	Proporção de origem prod primária	Arrecadação proporcional
	Base Não Tributada	Base Tributada	Total Vendas			
Etapa 1	1.076.734.488	1.247.017.341	2.323.751.829	61.427.655	100,0%	61.427.655
Etapa 2	57.094.777.018	1.081.996.304	48.176.773.323	1.478.441.706	34,8%	1.905.649.871
Etapa 3	78.436.269.693	6.710.953.718	75.147.223.412	1.435.917.656	19,1%	1.040.279.138
Total						207.356.665
Fonte: SEFAZ				Arrecadação total ICMS		4.739.974.577
				% relacionado agronegócio		7,2%



5 Resumo impactos das medidas



Impacto financeiro das medidas

PERÍODO	2024	2025	2026
1) Reoneração dos alimentos	0,98 Bi	1,30 Bi	1,30 Bi
2) Ampliação do FAF	0,42 Bi	0,53 Bi	0,53 Bi
3) Contribuição para o Fundo de Reforma do Estado	0,22 Bi	0,66 Bi	0,88 Bi
TOTAL INCREMENTOS	1,62 Bi	2,51 Bi	2,71 Bi
4) Alterações no DEVOLVE ICMS	- 0,15 Bi	- 0,22 Bi	- 0,22 Bi
RESULTADO LÍQUIDO	1,47 Bi	2,29 Bi	2,48 Bi

PERÍODO	04 –09/24	10/24 – 03/25	04/25 – 09/25	> 10/25 (ano)
1) Reoneração dos alimentos	0,65 Bi	0,65 Bi	0,65 Bi	1,30 Bi
2) Ampliação do FAF	0,28 Bi	0,28 Bi	0,28 Bi	0,53 bi
3) Contribuição para o Fundo de Reforma do Estado	0,11 Bi	0,22 Bi	0,33 Bi	0,88 Bi
TOTAL INCREMENTOS	1,04 Bi	1,15 Bi	1,26 Bi	2,71 Bi
4) Alterações no DEVOLVE ICMS	- 0,09 Bi	- 0,11 Bi	- 0,11 Bi	- 0,23 Bi
RESULTADO LÍQUIDO	0,95 Bi	1,04 Bi	1,15 Bi	2,48 Bi

Conclusão

- Os benefícios para o setor produtivo não estão acabando. Os decretos incidem sobre apenas 20% dos benefícios fiscais do RS. E de forma escalonada.
- Não podemos esperar que o crescimento da economia gaúcha em 2024 e 2025 resolva por si os problemas fiscais do Estado. Não há mágica em finanças públicas. O crescimento econômico é importante, mas por si só não resolve.
- E as medidas que estamos implementando poderão ajudar a economia gaúcha a crescer mais.
- A devolução de ICMS aos mais pobres deve gerar ampliação do consumo, e a oneração das famílias de maior poder aquisitivo terá efeito mínimo sobre seu consumo.
- O condicionamento dos benefícios fiscais à aquisição de insumos gaúchos já gerou efeitos positivos nos últimos dois anos e deve ampliar esses efeitos com a ampliação do FAF.
- A contribuição do setor agropecuário para o fundo de reforma do estado deve propiciar mais investimentos em infraestrutura, beneficiando todos, inclusive os produtores.



Receita. 2030+



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

